

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

A Sede da CP na Calçada do Duque tem sido um dos muitos ativos ferroviários que a atual Administração da CP tem assumido pretender alienar. No costumeiro secretismo com que estes processos decorrem, os trabalhadores da CP têm assistido, sem qualquer informação relevante, ao multiplicar de visitas «de estudo» de diversos grupos de especuladores, interessados em apoderarem-se deste equipamento e com ele realizarem lucros rápidos e fáceis, como é costume nos processos de alienação do património público, em que por norma toda a gente ganha – vendedores, compradores, intermediários – à custa de quem tudo perde – o Estado e o erário público.

Seria razão suficiente para resistir à ideia de alienar este património público o facto de tal alienação não ser necessária nem útil, a não ser para quem a recebe. Mas importa ainda destacar que são evidentes os riscos dessa opção para as contas públicas (e consequentemente, as potencialidades para algumas contas privadas).

Por outro lado, uma medida desta dimensão está a ser realizada nas costas da Comissão de Trabalhadores da CP, que desconhece quaisquer medidas ou estudos referentes às consequências desta venda (transferência de serviços, deslocalização, acréscimo de encargos, etc.), e encara-a com natural preocupação.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:

1. Confirma o Governo a intenção de se proceder à venda da Sede da CP na Calçada do Duque em Lisboa?
2. Quais os contornos, que objetivos e que consequências advêm deste processo de venda?
3. Qual a razão para a Administração da CP recusar à CT da CP o seu direito ao controlo de gestão?
4. Que outras medidas de alienação de património público estão a ser previstas pela CP?

Palácio de São Bento, terça-feira, 15 de Dezembro de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)